

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

América Latina em questão. Crise estadunidense, impasses e contra-hegemonia.

Carlos Henrique Aguiar Serra.

Cita:

Carlos Henrique Aguiar Serra (2009). *América Latina em questão. Crise estadunidense, impasses e contra-hegemonia. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1037>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

América Latina em questão

Crise estadunidense, impasses e contra-hegemonia

Carlos Henrique Aguiar Serra¹

Apresentação

Pretende-se discutir a respeito da América Latina em face da conjuntura atual, marcada por uma crise mundial que produz inúmeros efeitos nos países latino-americanos. Assim sendo, objetiva-se problematizar a crise estadunidense no que concerne especificamente ao papel exercido pela hegemonia norte-americana no mundo contemporâneo. Desta forma, cabe-nos indagar: há ainda uma hegemonia norte-americana na conjuntura atual?

Busca-se também apontar para a necessidade imperativa da América Latina, tendo em vista a crise estadunidense, adotar caminhos políticos que possam sinalizar para a superação dos impasses presentes, de longa duração, na formação histórico-social latino-americana, e nesse sentido, coloca-se como imprescindível a construção e fortalecimento de uma contra-hegemonia latino-americana.

O enfoque teórico adotado possui como referências as reflexões críticas de autores como Martins, Santos, Fiori, Arrighi, Wallerstein, entre outros, cujas ideias tentam descortinar alternativas face os impasses da América Latina, a perspectiva da contra-hegemonia, e também, no que concerne à crise estadunidense.

¹ Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História pela UFF.

Objetiva-se ainda no presente trabalho refletir a respeito da trajetória e da hegemonia do pensamento neoliberal, do ponto de vista teórico e também, político-ideológico, a partir dos anos 70, na América Latina, e particularmente, no Brasil, desde fins dos anos 80.

Queremos, portanto, tendo em vista inúmeras reflexões críticas acerca da hegemonia ou não norte-americana, da crise estadunidense na contemporaneidade, da atual correlação de forças existente na América Latina e diante de toda essa problemática, parece-nos imprescindível discutir a respeito do papel do Estado no Brasil contemporâneo, sem perder de vista, contudo, as permanências de longa duração ainda presentes na formação social brasileira.

Assim sendo, problematizar o papel que o Estado exerce no Brasil na contemporaneidade é algo fundamental para tentar compreendermos a inserção do país no cenário político-econômico da atualidade e se há um enfrentamento de dramáticas questões sociais com sinalizações, a médio e longo prazos, para uma transformação deste terrível quadro estrutural ainda vigente na sociedade brasileira.

A hegemonia neoliberal em questão: algumas considerações

Em trabalho anterior (SERRA, 1999), salientamos que o contexto da Guerra-Fria é importante porque é justamente a partir de 1945, que a doutrina neoliberal, hoje hegemônica nas sociedades contemporâneas, vai começar a dar os primeiros passos através de um intelectual austríaco chamado Hayek. Na verdade, não devemos desconsiderar as influências que o cenário internacional exerceu e ainda exerce no Brasil.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o neoliberalismo surge exatamente no contexto do pós-guerra como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e ao Welfare State. A principal meta desta doutrina é a estabilidade monetária, combate às taxas inflacionárias, e outra peculiaridade deste movimento ideológico (ANDERSON, 1995) é o caráter anticomunista. Tal caráter tem sua razão de ser no contexto político-ideológico da guerra-fria.

Para a nossa reflexão (SERRA, 1999) acerca do percurso do neoliberalismo rumo à hegemonia, é importante considerar que nos anos 60 e 70 este pensamento consolida sua hegemonia teórica quando passa a ocupar espaço nas universidades norte-americanas. A consolidação da hegemonia teórica por parte desta doutrina produzirá múltiplos impactos no mundo todo a partir dos anos 70. Isto porque com a grande crise de 1973, há uma passagem da teoria para a política (FIORI, 1997) e a partir daí, a hegemonia neoliberal dar-se-á, também, no campo político.

Identificamos que um dos primeiros efeitos desta passagem para o terreno político pode ser bem ilustrado precisamente no ano de 73 que além de se caracterizar por ser o da grande crise do capitalismo, é, também, o ano do golpe militar no Chile. Este país acaba tornando-se o pioneiro de uma experiência neoliberal na América Latina. Vale ressaltar que esta pioneira experiência neoliberal na América Latina nasce marcada sob um contexto ditatorial.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, ocorre uma verdadeira onda conservadora (OLIVEIRA, 1995) com as vitórias, por exemplo, de Thatcher (1979), na Inglaterra, Reagan (1980), nos Estados Unidos da América do Norte, e Kohl (1982), na Alemanha. Estes governos conservadores adaptaram e colocaram em prática as ideias neoliberais até então restritas à academia. As políticas governamentais implementadas estavam baseadas na desregulamentação, na privatização e na abertura comercial.

Observamos, então, que esta consagrada vitória neoliberal em vários países logo alcançará o seu ápice no final da década de 80, com a crise das sociedades socialistas do Leste Europeu, crise esta deflagrada, também, pela queda do muro de Berlim em 1989 (SERRA, 1999).

Dentre os países latino-americanos, o Brasil foi o último, isso no início dos anos 90, a adotar o receituário neoliberal. De fato, o Brasil devido a sua significativa dívida externa, capitulou e se sujeitou às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial, sendo o principal objetivo a atração de recursos externos. Desta forma, a sua inserção no novo quadro financeiro se dá de forma subordinada.

Esta reflexão nos leva a uma consideração fundamental no que tange à formação social brasileira: no Brasil, não tivemos e ainda não temos o Estado do bem-estar social. Esta consideração parece-nos oportuna para que possamos compreender com mais clareza a crise do Estado no país e as mazelas sociais produzidas ao longo da história republicana. O que temos no Brasil é uma combinação permanente e alternada de paternalismo e repressão (FIORI, 1995). A própria questão do paternalismo que se faz presente no cenário político da sociedade brasileira traz consigo a articulação entre o autoritarismo e a ideologia do favor. Assim, tanto o autoritarismo quanto a ideologia do favor configuram-se enquanto marcas emblemáticas da história política do país.

Sublinhamos que a partir do final da década de 80 e particularmente início dos anos 90, há um debate intenso a respeito do novo papel do Estado nas sociedades contemporâneas e mais especificamente, do papel do Estado no Brasil. É precisamente na década de 90, no país, que o neoliberalismo consolidará a sua hegemonia teórica e política. O pensamento político dominante, então, passará a defender mais intensamente o papel do Estado mínimo.

Nesse sentido, observamos que no cenário dos anos 90, esta defesa pelo Estado mínimo vem inserida no contexto do processo de globalização (SERRA, 1999). Tal processo, ao contrário do que a ideologia dominante veicula, não se constitui enquanto novidade, mas apresenta uma peculiaridade: a política neoliberal. Embora conceitualmente possamos dizer que neoliberalismo e globalização não são similares, ao contrário, apresentam distinções, na prática e da forma como vem sendo conduzido o processo de globalização, parece-nos que ambos são apresentados como se fossem idênticos, um como consequência do outro, e mais, o caminho “inexorável” para determinado país fazer parte da “aldeia global” é adotar o receituário neoliberal. Deste ponto de vista, não há saída e assim, a política neoliberal se converte no caminho por excelência para entrar nessa “aldeia global”. Há alguns graves problemas nesta visão dominante e por esta via, a política neoliberal acaba se tornando uma “utopia quase religiosa” (FIORI, 1997) e sem dúvida, observamos a existência do “fundamentalismo econômico” (SANTOS, 1998).

Há uma tensão central na ideologia neoliberal: para ter êxito no combate à inflação, aumentar os lucros, rebaixar os salários, diminuir os déficits públicos, dismantelar os sindicatos (OLIVEIRA, 1995), etc., só produzindo mais desemprego, exclusão e marginalização social. Assim sendo, não obstante situarmos tais aspectos mais inscritos no cenário político dos anos 90, identificamos que na primeira década do século XXI, a lógica neoliberal, já com claros sinais de esgotamento, tendo em vista as crises contemporâneas, continua perversa e coerente em face dos problemas sociais. Na verdade, é perversa porque trabalho sob a ótica da exclusão, da não inclusão e aumenta o desemprego estrutural. É coerente porque, não obstante a sofisticação e tentativa de maquiamento de seu próprio pensamento, mantém os pilares estabelecidos desde o começo de sua trajetória a partir de 1945 até a conjuntura atual.

Fiori, em suas reflexões acerca do neoliberalismo nos anos 90, chama a atenção para o aspecto do “relativo sucesso” da política neoliberal. O autor explica (FIORI, 1997) que este “relativo sucesso” da política neoliberal, particularmente no que tange ao começo exitoso dos planos de estabilização econômica, não eliminou e não elimina de forma alguma o aumento dos problemas sociais que são estruturais, por exemplo, na sociedade brasileira.

A crise estadunidense e a América Latina: impasses e perspectivas

O cenário político do fim da década de 90 e começo do século XXI trazem consigo simultaneamente algumas mudanças e permanências no que tange ao papel exercido, em escala mundial, pela hegemonia norte-americana no que diz respeito especificamente à América Latina.

A nossa interpretação é que na América Latina, início do século XXI, há uma instigante correlação de forças, que envolve, portanto, vários países sulamericanos, por exemplo, onde podemos observar um movimento, de cunho político-econômico, que passa a atuar, não ainda de forma articulada, enquanto um bloco, mas sim numa configuração de forças políticas expressivas na América Latina, lideranças políticas, que passam a sinalizar, uns com mais intensidade e propriedade, outros não, para determinadas perspectivas que se personifiquem numa contra-hegemonia face ao poder estadunidense no continente latino-americano.

Queremos discutir algumas teses que são levantadas na conjuntura atual acerca da hegemonia e do poder estadunidense, bem como a respeito da crise estadunidense na contemporaneidade e como esta crise produz múltiplos efeitos na América Latina no que concerne mais especificamente ao papel do Estado não só pensado, refletido teoricamente, mas principalmente na sua inexorável dimensão da práxis política e social.

O nosso pressuposto é que há sim uma crise da hegemonia norte-americana. Entretanto, esta crise, na nossa possibilidade interpretativa, não significa o *término, fim ou colapso* (FIORI, 2009) do poder norte-americano na América Latina, em particular, e no âmbito mundial, no geral.

Assim sendo, entendemos também que esta crise é parte do “movimento cíclico superestrutural que acompanha o desenvolvimento do capitalismo, analisado e denominado de sistêmico, por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein” (MARTINS, 2008).

Martins sustenta, então, que a “grande contribuição da teoria do sistema mundial, fundada por estes autores, foi a de apontar no sistema interestatal a superestrutura política do modo de produção capitalista” (MARTINS, 2008). Desta forma, ainda segundo Martins, este sistema “baseia-se num conjunto de unidades políticas que ao se reconhecerem entre si têm suas soberanias limitadas” (MARTINS, 2008).

Defendemos que para se compreender melhor a crise da hegemonia norte-americana é necessário que se recorra, enquanto instrumento teórico-metodológico, à concepção de *longa duração*, formulada por Braudel, no texto “História e Ciências Sociais”, de 1958. Trata-se de uma *ferramenta teórico-metodológica* imprescindível para uma análise de conjuntura, não se esquecendo de forma alguma dos aspectos estruturais de uma dada sociedade, que possa privilegiar, portanto, o processo histórico-político em sua dialeticidade de *longa duração*, o que implica forçosamente em movimentos contínuos e descontínuos, rupturas e permanências numa determinada conjuntura histórica.

O nosso entendimento é que sob diferentes aspectos, formulações teóricas distintas e reflexões a respeito da crise contemporânea que envolve, sem dúvida, os Estados Unidos da América do Norte, autores como Wallerstein, que defende o fim do poder norte-americano e

trabalha a perspectiva teórica dos ‘ciclos’ e das ‘sucessões hegemônicas’ e, por outro lado, Arrighi, que também trabalha na concepção dos ‘ciclos seculares’ e dos ‘ciclos de Kondratief’, e que defende que a crise da hegemonia norte-americana teve início na década de 1970 e que sua fase ‘terminal’ encontra-se em desenvolvimento no começo do século XXI, são muito importantes para que possamos compreender o cenário político-econômico no qual se engendra a crise estadunidense na contemporaneidade.

Por outro lado, e não obstante apesar de acolher algumas proposições elaboradas por Arrighi e Wallerstein, a visão teórica de Fiori é bem distinta, apesar deste autor também trabalhar sob a influência Braudeliana no que diz respeito à perspectiva da *longa duração*.

Para Fiori, neste começo do século XXI, “não há evidências convincentes de um ‘colapso’ do poder americano” (FIORI, 2009). Desta forma, o autor ainda acrescenta que o problema dessas “profecias terminais” reside na “confusão que fazem entre planos e tempos históricos diferentes” (FIORI, 2009). Assim, segundo Fiori, Braudel distingue o “tempo breve, da vida política imediata, do tempo cíclico da vida econômica e da ‘longa duração’ das grandes estruturas históricas” (FIORI, 2009).

Fiori, conforme nossa interpretação, não desconsidera a crise estadunidense; porém, não a entende enquanto “crise terminal” ou “colapso”, mas sim defende a visão de que se trata, na verdade, de um “declínio relativo”. Este “declínio”, no começo do século XXI, para o autor, faz parte das “transformações sistêmicas e estruturais em curso, com um papel decisivo do poder americano” (FIORI, 2009).

Interessante observar que esta interpretação formulada por Fiori parte da premissa de que o sistema mundial se configura enquanto um “universo” em “expansão contínua, onde todos os Estados que lutam pelo ‘poder global’ estão sempre criando ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra, sem perder sua preeminência hierárquica dentro do sistema” (FIORI, 2009).

Fiori considera, então, que o sistema mundial enquanto parte de um “universo” possui em sua trajetória “quatro momentos” em que “ocorreu uma espécie de ‘explosão expansiva’ dentro do próprio sistema” (FIORI, 2009). O primeiro momento seria o do “longo século XIII”; o segundo, o “longo século XVI”; o terceiro, o “longo século XIX”; e o quarto momento, desde a década de 1970.

O aspecto central da argumentação desenvolvida por Fiori, na sua divergência da idéia de “crise terminal”, encontra-se, na nossa leitura, no fato de que para o autor, as “crises econômicas e as guerras não são, necessariamente, um anúncio do ‘fim’ ou do ‘colapso’ dos Estados e das economias envolvidas. Pelo contrário, podem ser uma parte essencial e necessária da acumulação do poder e da riqueza destes Estados, e do próprio sistema mundial” (FIORI, 2009).

Perceber a crise estadunidense, portanto, na sua dialeticidade, que implica necessariamente movimentos que possam sinalizar para o aprofundamento desta crise, no sentido do seu agravamento, ou então, para a superação da mesma, com o fortalecimento político-econômico do poder estadunidense, parece-nos, enquanto possibilidade interpretativa, algo relevante porque, ao não se desconsiderar a dimensão da crise, e ela existe de fato, propõe-se, a partir de uma inscrição política na América Latina, a superação desta crise tendo em vista a construção de uma via contra-hegemônica latino-americana.

Considerações finais:

Na forma contemporânea do *capitalismo tardio* (JAMESON, 1998), uma face bem complexa configura-se precisamente no aspecto da pós-modernidade e segundo Jameson, na pós-modernidade há inexoravelmente uma “fragmentação do sujeito” (JAMESON, 1998).

Assim, os “novos processos” que surgem ainda trazem consigo antigas e indeléveis marcas de exploração, controle, expropriação perante os trabalhadores contemporâneos, *operários modernos e pós-modernos*, ainda submetidos à dominação do capital. Esta dominação, contudo, não cessa, não desaparece; torna-se, por vezes, apenas mais sutil e sofisticada.

Então, podemos também conceber que encontramos-nos sob a “era da indeterminação” (OLIVEIRA, 2007) e que esta “era” personifica-se enquanto um dramático sintoma da contemporaneidade que atinge de forma intensa o sistema mundial, em geral, a América Latina, em particular, e o Brasil, muito especificamente.

Há, portanto, um esmaecimento da Política que sob a *vitória ideológica do capital* desterritorializa-se enquanto espaço, lócus e práxis imprescindível no enfrentamento dos múltiplos conflitos que perpassam a atualidade.

No que concerne ao Brasil, de forma mais pormenorizada, e acolhendo a premissa de que houve um intenso *desmanche* (OLIVEIRA, 2007) nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso no que tange ao papel do Estado, Oliveira destaca que a crítica ao fracasso da experiência neoliberal nos governos de Fernando Henrique Cardoso acentua tão somente o “aspecto econômico”, e, portanto, não há na crítica “nenhuma proposição alternativa ao capitalismo” (OLIVEIRA, 2007).

Esta proposição, tendo em vista a crise estadunidense e seus múltiplos efeitos, assume explicitamente outro viés e sinaliza, então, para uma trajetória que passa ao largo do *aprisionamento à agenda neoliberal* (OLIVEIRA, 2007) e, também, à incapacidade de se colocar em “xeque a nova formatação da cultura mercantilizada” (OLIVEIRA, 2007). Na verdade, tal proposição constitui um importante alicerce na busca por uma construção da contra-hegemonia na América Latina.

O que se coloca também, no bojo de todo este processo da crise estadunidense, é como escapar deste “labirinto neoliberal” (OLIVEIRA, 2007)?

Enfrentar as múltiplas dimensões da crise no sentido de se flagrar os paradoxos existentes no cenário político contemporâneo parece-nos plausível e exequível, na medida em que o dito *Estado mínimo*, crença última do neoliberalismo, produz algumas contradições inquietantes: a) o *mínimo* refere-se exclusivamente ao papel da política. Há, portanto, uma despolitização em larga escala dos conflitos sociais e da economia (OLIVEIRA, 2007). O Estado, desta forma, se “faz máximo na economia e mínimo na política” (OLIVEIRA, 2007); b) o “Estado de exceção”

converte-se em regra e o próprio “Estado de Direito” apóia-se, portanto, num duplo e dialético movimento de dentro e fora da Lei. Com isso, a exceção vira regra!

Por fim, entendemos que politizar a crise estadunidense, não mitificá-la, avaliar as tensões existentes de forma dialética; enfim, todo esse complexo movimento pode configurar-se enquanto passo decisivo para a perspectiva da contra-hegemonia na América Latina que, sem dúvida, redefinirá o papel do Estado nos respectivos e diferentes cenários políticos e econômicos das nações latino-americanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo" in: SADER, Emir (org), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: Contraponto, 1996.
- Adam Smith em Pequim. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.
- FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1998.
- MARTINS, Carlos Eduardo. "A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América latina no século XXI" in: Problemas del desarrollo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. A era da indeterminação. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Theotônio dos. "O papel do estado num mundo em globalização" in: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 2, 1998.
- SERRA, Carlos Henrique Aguiar e SERRA, Maurício Aguiar. "Social development and exclusion in Brazil: deadlocks and dilemmas in the 1980s and 1990s", in Seminário Internacional CROP/UIA/ITESM, Poverty and Social Justice in Latin America, México, 1999.
- WALLERSTEIN, Imanuel. Declínio do poder americano. São Paulo: Contraponto, 2004.